

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Arquivo Rede Alesp



Audiência Pública acontece nesta terça-feira(26), às 19h

Alesp discute a volta das faltas abonadas para servidores

A Assembleia Legislativa de São Paulo realiza nesta terça-feira (26), às 19h, uma audiência pública em defesa da retomada das faltas abonadas para servidores estaduais. O encontro será no plenário Dom Pedro I da Alesp e reúne sindicatos e entidades do funcionalismo paulista. A mobilização pede a aprovação do PLC 32/2023, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), que restabelece o direito a até seis faltas abonadas por ano para os servidores públicos do estado. O benefício foi extinto pela Lei Complementar 1.361/2021, aprovada e sancionada pelo então governador João Dória, durante a reforma administrativa paulista. O projeto está na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp.

Concurso Conselho de Arquitetura de SP

As inscrições para o concurso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) terminam em 3 de junho. O certame oferece 36 vagas para cargos de níveis médio e superior, com salários de R\$ 5,2 mil a R\$ 10 mil, além de benefícios. As provas estão previstas para 26 de julho em 11 cidades paulistas. Inscrições são feitas pelo site da Fundação Vunesp. O edital também prevê formação de cadastro reserva para diferentes áreas.

Divulgação/Nav Brasil



Estatal Nav Brasil é responsável por serviços aéreos

Inscrições para concurso da NAV Brasil

Termina na quinta-feira (28), às 18h, o prazo de inscrição para o concurso público da NAV Brasil, estatal responsável pelos serviços de navegação aérea. O certame oferece vagas para níveis médio, técnico e superior, com salários entre R\$ 4.632,10 e R\$ 10.868,68. As inscrições são feitas pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com taxas de R\$ 83,64 e R\$ 93,64. As provas objetivas estão previstas para 2 de agosto em 11 cidades do país, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. O edital também prevê formação de cadastro reserva para diferentes áreas administrativas e operacionais.

Fiocruz com inscrições para Olimpíada

Professores de escolas públicas e privadas têm até 30/junho para inscrever trabalhos na 13ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, da Fiocruz. A iniciativa aceita projetos de estudantes do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, EJA e ensino técnico nas categorias Produção Audiovisual, Texto e Projeto de Ciências. Desde 2001, a olimpíada mobilizou 3,6 mil escolas, 28,5 mil professores e 510 mil estudantes.

Sala dos Servidores

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) inaugurou a Sala dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário. O espaço foi criado para proporcionar acolhimento, integração e bem-estar aos profissionais da Justiça Estadual, sendo planejado para funcionar como um ambiente de convivência e diálogo.

Educação I

Minas Gerais amplia o quadro de profissionais da educação pública estadual. Junto das nomeações em andamento do concurso regido pelo Edital 01/2025, o Estado publicou a nomeação de outros 92 aprovados no concurso público da Educação do Edital 3/2023. Os nomeados devem acompanhar o Diário Oficial.

Educação II

As nomeações abrangem 46 cargos de Analista Educacional (ANE), 10 de Analista Educacional - Inspetor Escolar, nove de Professor de Educação Básica e 18 de Técnico da Educação. Os novos servidores irão atuar nos Quadros do Magistério e Administrativo em unidades escolares de todas as regiões do estado.

Gratificações I

A polícia Civil da Bahia realiza ações para valorizar os seus servidores. No mês de maio, cerca de 4700 policiais civis receberam progressões, gratificações e incentivos. As iniciativas são resultados de políticas de reconhecimento profissional, que estimulam, reconhecem e fortalecem o desempenho dos profissionais que atuam na segurança.

Gratificações II

Entre as medidas de destaque estão as progressões da Gratificação de Polícia Judiciária (GAPJ) e da Gratificação de Atividade Judicial (GAJ), que beneficiaram 602 servidores; a gratificação por titulação, concedida a 490 policiais; e o Prêmio por Desempenho Policial (PDP), que alcançou 3.685 integrantes.

Saúde mental

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) publicou uma ata para contratação de serviços de saúde mental voltados a servidores públicos. O modelo prevê atendimentos psicológicos e psiquiátricos on-line e poderá ser utilizado por órgãos públicos. A medida gerou economia R\$ 69 milhões aos cofres públicos.



Regra é para professores com nível médio e 40 h/semanais.

Piso dos professores aguarda votação

Texto aprovado pela Câmara fixa piso nacional em R\$ 5.130,63

Da Redação

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4/2026, derivado da Medida Provisória 1.334/2026, que altera as regras do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. O texto segue agora para análise do Senado Federal e precisa ser votado até 1º de junho para não perder a validade. Até segunda(25), porém, o Senado ainda não havia divulgado data para apreciação em plenário.

A medida provisória entrou em vigor em janeiro, após publicação pelo governo federal, mas depende da aprovação do Congresso Nacional para se transformar em lei definitiva. Conforme as regras de tramitação das MPs, a proposta passa primeiro por uma comissão mista formada por deputados e senadores, depois é votada pela Câmara e, por fim, pelo Senado. Se o prazo máximo de tramitação for encerrado sem aprovação, a medida perde eficácia.

O texto aprovado pelos deputados fixa o piso nacional do magistério em R\$ 5.130,63 para profissionais com formação em nível médio, na modalidade normal, e jornada de 40 horas semanais. A proposta também modifica a forma de reajuste anual do piso, vinculando a atualização à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e à evolução das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb). Pela nova fórmula, o reajuste anual será composto pela soma da variação acumulada do INPC no ano anterior e de 50% da média de crescimento real das receitas do Fundeb nos cinco anos anteriores. O texto também estabelece limites: o reajuste não poderá ser inferior à inflação acumulada nem superior ao crescimento nominal das receitas do fundo. A proposta amplia a definição dos profissionais contemplados pelo piso salarial nacional. Além dos professores, passam a ser incluídos trabalhadores que atuam em funções de direção, supervisão, coordenação, planejamento e orientação educacional nas unidades escolares de educação básica. O projeto também inclui profissionais contratados temporariamente. Outro ponto na proposta é a obrigação de o Ministério da Educação divulgar, em plataforma digital aberta, até o último dia útil de janeiro de cada ano, a memória de cálculo utilizada para definir o reajuste do piso, com dados do Fundeb, metodologia aplicada, série histórica e parecer técnico.

Durante a tramitação, a medida provisória recebeu 34 emendas parlamentares. O parecer aprovado na comissão mista foi relatado pela senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO).

Caso o Senado aprove o texto sem alterações, a matéria seguirá para promulgação. Se os senadores fizerem mudanças, o projeto precisará retornar à Câmara antes de ser enviado para sanção presidencial.